



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009540-21.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Domingos Napolitano Junior**
 Requerido: **BV Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Domingos Napolitano Júnior intentou ação declaratória de inexistência de débitos, além de pedido de condenação em danos morais em face de BV Financeira SA.

Aduziu que em 30/03/2011 adquiriu um automóvel financiado pela requerida, assumindo a obrigação de pagar R\$64.312,80, em 60 parcelas de R\$1.071,88.

Ocorre que após o pagamento de cinco parcelas o veículo foi roubado, em 04/11/2011, acionando o autor a seguradora, que passou a exigir, para o pagamento, a "carta de saldo devedor".

Asseverou o requerente que após muitos meses de insistência, demonstrando o descaso da requerida, o boleto foi enviado e pago pela seguradora aos 13/04/2012.

Disse, à fl. 03, que a requerida recebeu R\$33.979,05 – a soma do que foi pago pela seguradora e as cinco parcelas que quitou antes do roubo -, "praticamente o valor de aquisição do veículo" (fl. 03), acreditando que não restava qualquer pendência financeira com o banco.

Ocorre que anos depois, e sem ser procurado, seu nome foi negativado pela requerida, no montante de R\$24.563,24, indevidamente, portanto.

Requeru a exclusão de seu nome do cadastro de maus pagadores e indenização por abalo moral.

Foi concedida antecipação de tutela à fl. 29, para cancelamento das negativações.

Em contestação a requerida afirmou, preliminarmente, a falta de interesse de agir. No mérito, disse que foram enviados boletos ao e-mail da parte, com sucesso. No mais, afirmou que a seguradora pagou as parcelas de 06 a 37, ficando em aberto aquelas de número 38 a 60, que podem ser cobradas.

Réplica às fls. 66/68.

Conciliação infrutífera (fl. 74) e as partes, em memoriais, reiteraram seus anteriores argumentos.

É o relatório.

Decido.

Os patronos da requerida, na contestação, ao menos quanto à preliminar sustentada, sequer se preocuparam em adequar o "modelo" ao caso concreto; à fl. 45 afirmaram que a autora é carecedora da ação. Ocorre que o pólo ativo é formado por um homem...

Assim, desnecessário qualquer outro argumento para afastar a esdrúxula alegação, desconectada deste feito; ademais, entendendo a parte ter um direito, muito bem pode se socorrer do Judiciário.

A questão é bastante singela.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O autor pretendia adquirir um veículo mas o fez não pagando à vista, e sim mediante financiamento com a requerida, ao que tudo indica, por meio de contrato com cláusula de alienação fiduciária em garantia – não tendo o autor sequer juntado cópia do contrato, o que era sua obrigação, por óbvio.

Assim, comprometeu-se a pagar, como confessado na inicial, 60 parcelas, e isso independia do uso do veículo, já que a financeira nada tem com ele.

Para garantir-se, ou ao menos minorar o prejuízo, foi celebrado contrato de seguro sobre o automóvel (fl. 19), no qual a seguradora comprometia-se a, em caso de sinistro, a pagar 95% da "tabela FIPE", o que ocorreu, também na confissão do próprio autor, e documentado à fl. 20, sendo o pagamento feito à requerida, que também o confirmou.

As duas contratações são completamente distintas, não guardando relação entre si, visto que o contrato de financiamento foi celebrado para a aquisição do veículo e o seguro para resguardar o próprio autor, que tinha a posse direta do carro, enquanto a financeira a propriedade resolúvel.

É justamente por isso que quando da ocorrência de sinistro em veículo segurado objeto de alienação fiduciária, o pagamento pela seguradora deve ocorrer diretamente à financeira – como de fato se deu -, não sendo menos certo que existindo saldo devedor do contrato de financiamento, ele persiste e é de integral responsabilidade do devedor fiduciante, que não fica isento de solver o pagamento das prestações a que, contratualmente, se obrigou.

Para alguns, a presente solução pode até parecer injusta, mas em verdade longe está disso.

A financeira negociou o que lhe foi pedido – dinheiro para o autor passar a usar um bem – e isso foi feito. Se o objeto pereceu com o seu possuidor direto, mesmo que sem a sua culpa, a financeira muito bem pode continuar a exigir o cumprimento da avença como celebrada, visto que cumpriu integralmente a sua parte.

Quisesse o autor se resguardar inclusive quanto ao não pagamento das parcelas a vencer após algum sinistro, deveria ter feito seguro específico para isso, o que não se deu, como consta à fl. 19.

O raciocínio do autor de que somente poderia ser cobrada eventual diferença em aberto por ter a indenização paga pela seguradora se limitado a 95% da "tabela FIPE" está absolutamente incorreto pois o carro não foi comprado à vista, e sim financiado e, em assim sendo, a obrigação de pagamento é do devedor fiduciante.

Ainda, há alegação do autor no sentido de que a requerida demorou a emitir a "carta de saldo devedor"; ocorre que a prova disso era sua, e não veio. Nos documentos acostados com a inicial sequer foi juntado o requerimento endereçado à ré, e isso indica a completa falta de provas quanto a eventual demora injustificada.

Quanto a esse tema, os únicos documentos juntados, o foram pela requerida, e à fl. 46 consta que a dita carta fora enviada ao e-mail do autor ainda em 29/11/2014, poucos dias após o sinistro, o que espanca qualquer argumento contrário.

Em relação ao pagamento feito pela seguradora, uma última observação é pertinente: no boleto de fl. 20, que representou a indenização de 95% da "tabela FIPE", constou expressamente que o valor se referia às parcelas 06 a 37; como o contrato fora feito em 60 vezes, por óbvio que o autor sabia do saldo devedor, bastante grande, aliás.

Além disso, e também por muito relevante, à fl. 46 também consta que foi solicitado, pelo autor, um "boleto único para parcelas 06 a 60", enviado ao seu e-mail e, assim, afastado qualquer argumento no sentido de desconhecer os débitos em aberto.

Diante de todo o exposto, as anotações restritivas no nome do autor eram lúdicas, visto que a dívida existe; por conseguinte, indenização por abalo moral é absolutamente descabida.

Julgo improcedentes os pedidos iniciais, ficando expressamente revogada a tutela



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

antecipada de fl. 29, podendo a requerida proceder com todos os atos que entender pertinentes, para a cobrança dos valores contratados.

Custas e despesas processuais pelo requerente, além de honorários advocatícios de 10% sobre o valor atualizado da causa.

Quanto a isso, sem nenhum fundamento o valor atribuído pelo autor, que pretendia a declaração de inexigibilidade dos débitos cobrados. **Assim, de ofício, altero o valor da causa para R\$ 24.653,24 (em 15/10/2014), anotando-se.**

Fica concedido o prazo improrrogável de cinco dias para que o autor recolha as diferenças devidas.

PRIC

São Carlos, 17 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**